



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA A
DISTÂNCIA

SONIA MARIA SOUSA DE ARAUJO

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRATICA INCLUSIVA NA ESCOLA
MUNICIPAL PROF.^a. M^a. DA PENHA ACCIOLY DE SOUZA,
CONDE – PB.

CONDE - PB

2017

SONIA MARIA SOUSA DE ARAUJO

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRATICA INCLUSIVA NA ESCOLA
MUNICIPAL PROF.^a. M^a. DA PENHA ACCIOLY DE SOUZA,
CONDE – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia
à Distância, do Centro de Educação
da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para
conclusão do curso de graduação
em pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Robson Xavier
da Costa

CONDE- PB

2017

A663g Araújo, Sonia Maria Sousa de.

Gestão escolar democrática inclusiva na Escola Prof.^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, Conde-PB / Sonia Maria Sousa de Araújo. – João Pessoa: UFPB, 2017.

52f. : il.

Orientador: Robson Xavier da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Gestão democrática. 2. Educação inclusiva. 3. Conde - Paraíba. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.07(043.2)

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRATICA INCLUSIVA NA ESCOLA
MUNICIPAL PROF.^a. M^a. DA PENHA ACCIOLY DE SOUZA,
CONDE – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à
Distância, do Centro de Educação
da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional
para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 04/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. Robson Xavier da Costa
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dra. Lidiane Ramos da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^o. Ms. João Vicente dos Santos Adario
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

CONDE - PB
2017

Dedico aos meus colegas de trabalho e
aos meus alunos, unidos podemos
contribuir para a educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter saúde, inteligência, oportunidade e perseverança para concluir o curso.

Aos meus pais (in-memorian), meu esposo pela compreensão e dedicação nas horas difíceis, durante nossa vida juntos.

As minhas irmãs e amigas de trabalho, que sempre estiveram do meu lado durante minha vida acadêmica e meus esforços para minha conquista profissional.

Aos colegas aprendentes do Polo de Conde e a Tutora presencial Paloma Maia, que sempre me ajudou e aconselhou, para não desistir e prosseguir no curso.

E ao meu orientador Prof. Dr. Robson Xavier da Costa.

Muito obrigada!

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada”.

“Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

Cora Coralina.

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso objetivou analisar as conquistas e os desafios na prática da gestão democrática inclusiva; identificar os principais problemas para a implantação dessa gestão; acompanhar as soluções e os problemas enfrentados pelos educadores e pelo gestor, e discutir o conceito de gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof^a. Maria da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba. A gestão educacional democrática inclusiva pode contribuir para o desenvolvimento pessoal, da cidadania e possibilitar qualificação para o trabalho. Como base teórica para esta pesquisa, utilizamos os seguintes conceitos: Gestão escolar Democrática (LUCK, 2004; LIBÂNEO, 2003), Inclusão Educacional (SASSAKI, 2009) e Pesquisa Qualitativa (RICHARDSON, 1999). Esta pesquisa consistiu em uma investigação qualitativa com aplicação de dois questionários semiestruturados, um com a gestora e outro com duas professoras da escola pesquisada e observação direta em sala de aula. Comparando as respostas das professoras, da gestora e os dados coletados na observação direta em sala de aula, identificamos que os objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados. Os depoimentos apontaram falta de investimento financeiro do Governo Municipal em relação à capacitação dos profissionais e a aquisição de materiais de apoio.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Educação Inclusiva. Conde. Paraíba.

ABSTRACT

This work of conclusion of the course aimed at analyzing the achievements and challenges in the practice of inclusive democratic management; identify the main problems for the implementation of this management to follow the solutions and problems faced by the educators and the manager, and to discuss the concept of inclusive democratic management in the Municipal School Prof^a. Maria da Penha Accioly de Souza, in Conde, Paraíba. Inclusive democratic educational management can contribute to personal development, citizenship and work qualification. As a theoretical basis for this research, we use the following concepts: Democratic School Management (LUCK, 2004; LIBANE, 2003), Educational Inclusion (SASSAKI, 2009) and Qualitative Research (RICHARDSON, 1999). This research consisted of a qualitative investigation with application of two semi-structured questionnaires, one with the manager and the other with two teachers of the researched school and direct observation in the classroom. Comparing the answers of the teachers, the manager and the data collected in direct observation in the classroom, we identified that the initial objectives of the research were achieved. The statements indicated a lack of the financial investment by the Municipal Government in relation to the training of professionals and the acquisition of support materials.

Keywords: Democratic management. Inclusive education. Conde. Paraíba

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Mapa Geográfico da cidade do Conde. PB.....	27
FIGURA 2- Instalações da Escola Municipal Prof. ^a Maria da Penha Accioly de Souza.....	28
FIGURA 3- Estudantes da Escola Municipal Prof. ^a Maria da Penha Accioly de Souza.....	28
FIGURA 4- Estudantes da Escola Municipal Prof. ^a Maria da Penha Accioly de Souza.....	28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Respostas da Gestora.....	30
QUADRO 2- Respostas das Professoras.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Objetivo Geral:.....	166
Objetivos Específicos.....	16
1º CAPÍTULO - REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA INCLUSIVA.....	18
1.2. Gestão Escolar Democrática Inclusiva.....	19
1.3. Gestão Democrática Inclusiva da Escola Municipal Prof. ^a M ^a . da Penha Accioly de Souza, Conde, PB	255
2º CAPÍTULO - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3º CAPÍTULO - RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
3.1.1.2 Análise sobre o questionário do Gestor.....	30
3.1.2.2 Análise sobre o questionário das professoras	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	33
Apêndice 1 - Questionário Aplicado com a Gestora	38
Apêndice 2 - Questionário aplicado com as professoras.....	39
Anexo I	40

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca objetivo sobre a gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly, Conde – PB, comparando com minha experiência anterior na função de professora e gestora em outras escolas públicas. Meu interesse neste tema reflete a preocupação quanto à qualidade da gestão democrática inclusiva na escola pesquisada.

As pessoas com deficiências alcançaram muitas conquistas por meio da legislação oficial e devido às políticas educacionais no Brasil e no mundo. Por outro lado, o preconceito e a discriminação das pessoas com deficiência, ainda existe na sociedade. Como educadora senti necessidade de pesquisar e observar, as dificuldades dos estudantes com deficiências, e perceber o empenho dos professores para acolher de forma prazerosa essas crianças. A Escola Municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly, acolhe estudantes com deficiências, buscando torná-los e estimulando suas potencialidades.

Em uma gestão escolar democrática inclusiva entendemos que todos os sujeitos são necessários para contribuir com o processo de ensino aprendizagem, colaborando para uma mudança social e o acesso a igualdade de direitos e equidade de condições. Desta maneira, uma escola democrática luta contra as distinções e discriminações de todas as maneiras, com o propósito de erguer uma coletividade que compreenda toda heterogeneidade humana, além de proporcionar um ensino de qualidade.

A Constituição Federal brasileira nomeia como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade das pessoas humanas (BRASIL, 1988, art.1º, inc. II e III), e como objetivas fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origens, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, art.3º, inc. iv). A Constituição estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros, e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade (1988, art.5º) e coloca a educação como um direito de todos, dever do estado e da família, incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, sem preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205).

A Constituição Federal de 1988 abriu caminho para a Educação Inclusiva ao prescrever: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, art. 208, inc. III).

Para Luck (2004) a gestão pedagógica tem o princípio básico para criar uma gestão participativa, que venha desenvolver no espaço escolar mudanças significativas para possibilitar aos estudantes com deficiências, uma educação igualitária, priorizando a efetivação da educação inclusiva nas escolas regulares, e não apenas nos centros especializados.

A escola necessita proporcionar ações que possibilitem oferecer um ensino de qualidade e democrático para todos. Cabe ao gestor aos professores, aos demais servidores e a toda comunidade escolar, proporcionar métodos de inclusão, criando meios para que a escola seja mais justa.

Temos como objetivo geral desta pesquisa analisar as conquistas e os desafios na prática da gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba. Compreendemos que só uma gestão democrática tem a capacidade de colocar em exercício a inclusão escolar plena. Desta maneira, tornou-se necessário avaliar o ensino da educação inclusiva na escola pesquisada.

A escola inclusiva oferece ambientes acessíveis e adequados para as crianças com deficiências, um dos propósitos da escola inclusiva é desenvolver procedimentos metodológicos capazes de proporcionar a educação para todas as crianças, sem distinção, respeitando suas diferenças e as diversidades. O professor de uma escola inclusiva deve adquirir, permanentemente, novos conhecimentos, favorecendo sua atuação profissional e aprendendo a conviver com crianças com deficiências. Questionamo-nos: como funciona a interação dos professores e estudantes envolvidos com a inclusão na Escola Municipal Prof.^a. M^a. da Penha Accioly de Souza? Quais as funções da gestão que trabalha com a inclusão na Escola Municipal Prof.^a. M^a. da Penha Accioly de Souza?

Os métodos de ensino e aprendizagem utilizados com as crianças com ou sem deficiências, são precedidos e acompanhados por meio do diálogo, do respeito, e da experiência, cabe ao professor proporcionar as crianças espaços

de aprendizagens estimulantes, benéficos, respeitando as diferenças passando a valorizar a diversidade humana.

Consideramos que o Conselho Escolar e os órgãos dos colegiados, são instrumentos indispensáveis a uma gestão democrática. Na Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza, no primeiro semestre de 2017, a gestão passou a atuar horizontalmente, possibilitando a participação democrática da comunidade escolar, os diversos segmentos são representados de acordo com sua classificação como: estudantes - Grêmio estudantil, funcionários, gestor, professores, pedagogos, comunitários e pais, e em número paritário, tendo direito à voz e a voto nas decisões, sentindo-se valorizados no âmbito escolar. Todos os membros da comunidade tem acesso às prestações de contas das verbas enviadas para a escola, apreciando e ajudando na definição do uso dos recursos financeiros, definindo coletivamente os projetos da escola, dentro das condições socioeconômicas, onde a escola esta situada. Neste sentido Paulo Freire (2002) afirma:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (BRASIL, 2004).

A Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza está localizada na zona rural na cidade do Conde, Paraíba e possui um sistema de ensino direcionado aos desafios e conquistas, contando com uma gestão democrática inclusiva desde o mês de março do corrente ano. A equipe pedagógica conhece a comunidade onde a escola esta localizada, as problemáticas existentes e as ações que deverão ser aplicadas para contribuir com a redução da evasão escolar, e proporcionar o estímulo e o interesse pela aprendizagem por parte dos estudantes.

Objetivo Geral:

Analisar as conquistas e os desafios na prática da gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba.

Objetivos Específicos

- 1) Identificar os principais problemas para a implantação da gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba, no primeiro semestre deste ano de 2017;
- 2) Acompanhar as soluções encontradas para a resolução dos problemas enfrentados na implantação da gestão democrática inclusiva, pela atual gestão da Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza;
- 3) Discutir o conceito de gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba.

A parte inicial deste trabalho esclarece sobre gestão democrática que desempenha suas funções por meio da interação de todos que pertencem ao âmbito escolar, juntamente a comunidade onde a escola está situada, procurando realizar ações que possam contribuir para a melhoria do ensino, e o processo de inclusão. Cabe ao gestor superar os empecilhos existentes entre a teoria e a prática, realizando a interação entre a prática da gestão democrática e as diretrizes da educação.

Este trabalho relata sobre a gestão democrática inclusiva, baseado em planejamentos, discussões, resoluções de problemas, com a função de melhorias para a escola.

Esclarecendo os procedimentos da pesquisa realizada na Escola Municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly, e que a referida escola encontra-se localizada na zona rural, do município do Conde-PB. A gestora tem conhecimento da realidade dos estudantes, e das barreiras que dificultam o desenvolvimento do conhecimento, procurando combater os problemas que surgem, e favorecer o processo da aprendizagem. A escola poderá convocar a

comunidade para a construção de uma proposta educacional. Apesar da Educação Inclusiva ser obrigatória em nosso país, ainda não foi implantada em todas as escolas da rede pública do nosso país.

Os princípios educacionais do nosso país aprovam e respeitam a diversidade, onde favorecem a entrada de crianças e jovens com deficiências no ensino regular, permitindo educação para todos.

Uma escola participativa conta com o apoio de todos que pertencem ao ambiente escolar como: gestores, professores, pais, comunidade, sendo necessário o envolvimento de todos nas deliberações que a escola venha a tomar.

A escola democrática inclusiva não deve apenas matricular os estudantes com deficiência, mais que disponha de um Projeto Político voltado para a inclusão.

Uma escola democrática inclusiva deve atender a seus alunos de acordo com as necessidades de cada indivíduo com deficiência. Favorecendo para que todos tenham direito a saúde, educação, lazer e trabalho.

O processo de inclusão nas escolas acarreta um desinteresse aos discernimentos, preconceitos e acolhimento às diversidades.

A Gestão Democrática Inclusiva na Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly assegura compromisso com todos que compõe seu ambiente escolar, proporcionando a construção do conhecimento, em busca de uma sociedade mais humana. A escola trabalha com uma proposta de participação democrática juntamente com a comunidade a qual pertence à escola, em um processo de inclusão independente de cor, raça, religião, ou classe social. Trabalhando com a colaboração de todos que integram o ambiente escolar, para que juntos tornem uma construção coletiva.

E que a comunidade local deve contribuir juntamente a escola para formação de uma proposta que garanta o direito de todos os estudantes, que participam do mesmo espaço escolar, sem que haja discriminação, promovendo a qualidade e valorizando as diferenças.

1º CAPÍTULO

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA INCLUSIVA

A gestão democrática é um método expressivo numa entidade escolar, pois favorece educação qualitativa para todos os membros da comunidade escolar. A interação entre todos: gestor, professores, pais, e equipe de apoio é fundamental para que ocorra uma gestão democrática inclusiva. Segundo Libâneo:

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação (LIBÂNEO, 2008, p. 217).

De acordo com o autor, o principal fator para a atuação da gestão democrática, é a capacidade de gerir suas ações, acatando as diferenças, dialogando, ponderando, acolhendo opiniões diversas. Desta maneira, a gestão democrática poderá erguer a escola em conjunto com a comunidade. Desempenhando suas funções com o propósito de realizar ações para melhorar a qualidade do ensino e o processo de inclusão.

O gestor escolar precisa ter condições para transpor os empecilhos entre a prática e a teoria. Para que ocorram mudanças no sistema educacional é necessária uma gestão democrática para que todos compartilhem das mudanças ocorridas na escola. O gestor precisa estar inteirado sobre a situação da escola, trabalhando em conjunto com professores, e o pessoal de apoio, para que possam realizar as mudanças que todos devem construir coletivamente.

Considerando que a “Declaração Universal dos Direitos da Criança” adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo governo brasileiro por meio do art. 84, inciso XXI da Constituição brasileira em vigor a época, conferiu o direito a educação pública e gratuita para todas as crianças brasileiras a gestão democrática deve proporcionar nas escolas a aplicação desse direito, tonando-se uma prática inclusiva.

Associar a prática da gestão democrática com as diretrizes da educação inclusiva na Rede de Educação do Município do Conde, Paraíba, é um desafio que carrega consigo todas as conquistas dos movimentos nacionais e internacionais para a “educação para todos” e para a inclusão.

1.2. Gestão Escolar Democrática Inclusiva

A gestão democrática inclusiva está baseada nas discussões, planejamentos, resoluções de problemas que analisam os benefícios em prol da melhoria da escola, sua efetivação pode ser considerada uma conquista política.

É necessário que os gestores conheçam a realidade dos alunos e tenham formação adequada, pois assim, conseguirão identificar as barreiras que impedem ou dificultam o acesso ao conhecimento. Tornar o conhecimento acessível é promover a acessibilidade, isto é, é possibilitar que os obstáculos sejam eliminados a fim do desenvolvimento da aprendizagem. Azevedo e Cunha. Jul-dez-2008, p. 53-72.

Este conceito citado se iguala aos procedimentos utilizados na pesquisa realizada na Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, onde a gestora conhece a realidade dos estudantes, e as barreiras que os impedem ao conhecimento. Onde o gestor promove acessibilidade, abolindo os impedimentos, e contribuindo para o melhoramento da aprendizagem.

Embora a Educação Inclusiva seja obrigatória por lei no país, ainda não foi implantada adequadamente em todas as escolas da rede pública de ensino do país, as escolas tem um período para se adaptar as necessidades para matricular as crianças com deficiências. O poder Executivo ficou encarregado para promover a acessibilidade, materiais e equipamentos especializados, recursos humanos e a formação continuada para os professores.

A partir da década de 1970 a Educação Especial começou a ser discutida e implantada com a criação das classes especiais e a continuidade e implantação de novas instituições de educação especial.

No Brasil a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, fortaleceu na legislação o direito a educação para todos. A inclusão transformou os debates universais com a Declaração de Salamanca, que foi um documento elaborado

na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, Espanha, em 1994, onde foram criadas as diretrizes básicas para reforma política e educacional com relação ao movimento de inclusão sociocultural, com isto o Brasil fortaleceu os preceitos da inclusão apoiado pelo argumento da declaração que: sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas (as crianças e jovens) possam ter é possível o acesso na escola comum (BRASIL, 1994, p.5).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB – 9.394 de 20 de dezembro de 1996 ocorreram mudanças com relação ao ingresso dos estudantes com deficiências nas escolas regulares brasileiras em classes comuns. A LDB reforça que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, técnicas, métodos e recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996, p.44).

De acordo com a Declaração de Salamanca todas as crianças têm o direito ao acesso à educação sejam quais forem suas características, capacidades, interesses, ou necessidades de aprendizagem. Desta maneira, os princípios educacionais precisam acatar a diversidade, permitindo o ingresso de crianças e jovens com deficiências na escola regular, buscando garantir a educação para todos.

No ano de 2003 o Ministério da Educação divulgou o Programa de Educação Inclusiva: direito a diversidade, propondo transformar as escolas em núcleos de Educação Inclusiva, requerendo aos estados e municípios brasileiros um procedimento de formação para gestores e professores para garantia da acessibilidade. Outro programa que tem contribuído com a Educação Inclusiva no Brasil é o Programa Escola Acessível, onde as escolas recebem por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), numerário calculado de acordo com a quantidade de estudantes matriculados, que tem como finalidade adequar as escolas com ampliação e implantação de salas multifuncionais e acessibilidade arquitetônica.

A Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Decreto nº 6.949/2009, em seu artigo 24, explanam os Direitos das Pessoas com Deficiências, determinando como meta a Educação Inclusiva, estudantes com

e sem deficiências, com restrições ou particularidades devem estudar na mesma sala de aula.

Entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades; ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança (BRASIL, 2003).

As legislações citadas foram fundamentais para que a gestão escolar democrática inclusiva fosse implantada na Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly, Conde – PB, um trabalho lento e contínuo que necessita da colaboração de toda a comunidade escolar.

A organização e a gestão referem-se ao conjunto de normas e diretrizes, estrutural organizacional, ações e procedimentos que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais, assim como, a coordenação e o acompanhamento do trabalho das pessoas (LIBÂNEO, 2008, p. 293).

A escola investigada proporcionou ambiente satisfatório para a educação das crianças da comunidade. Sendo considerada uma escola de pequeno porte, alguns professores participantes desta pesquisa apresentaram receio em relação a serem observados e responderem questionários. Libâneo afirma que:

Vivendo a prática da participação nos órgãos deliberativos da escola, os pais, os professores, os alunos vão aprendendo a sentirem-se responsáveis pelas decisões que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade (2008, p. 139).

Uma entidade escolar participativa conta com a colaboração dos pais, professores, estudantes, comunidade, sendo importante a participação de todos nas decisões que a entidade venha a deliberar.

A escola deve receber todos aqueles que buscam a satisfação de suas necessidades educacionais. Tratando-se neste caso, da administração e satisfação do direito à educação, o ideal da construção de escolas democráticas dirige-se principalmente à rede pública de ensino (TEIXEIRA, 2000, p.45).

Na inclusão escolar o desafio é adaptar a escola para que possa proporcionar acessibilidade ambiental, atitudinal e comunicacional. Sant'Ana afirma que: "Docentes, diretores e funcionários, apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas" (SANT'ANA, 2005, p. 228).

Para a concretização da educação inclusiva é indispensável o engajamento de todos os envolvidos no quadro funcional e na comunidade da escola, contribuindo para os projetos e as ideias, que serão praticadas. As escolas que trabalham com a inclusão devem contar com a participação dos professores, gestores, pais, pessoal de apoio, a comunidade trabalhando em conjunto, poderá executar os projetos democráticos e inclusivos que a escola necessita.

As escolas regulares devem associar a prática inclusiva com os direitos humanos, para que todas as crianças tenham acesso ao ensino de qualidade, tendo por desígnio à igualdade de direitos as diferenças.

Trabalhar em favor da gestão escolar democrática inclusiva diz respeito à participação da comunidade escolar por meio de ações conjuntas entre a escola e a comunidade.

Conforme afirmou Carneiro "o papel dos diretores escolares é criar condições adequadas para a inclusão de todas as crianças, assim transformando o ambiente escolar em uma gestão participativa e democrática" (2006, p.38). Portanto cabe ao gestor a função de cativar e trabalhar em equipe com todos que pertencem aquele ambiente escolar.

A função do gestor se sobressai quando ele colabora com a composição estrutural da escola, proporcionando modificações. Neste caso, a escola regular deve discutir as necessidades educacionais dos estudantes com ou sem deficiências, é imprescindível que o gestor escolar seja empenhado com a Educação Inclusiva e capacitado a convocar toda a comunidade escolar para construir coletivamente a proposta educacional da escola.

Araújo afirmou que é função da gestão escolar democrática inclusiva: "lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, e com os sentimentos e emoções presentes nas relações dos sujeitos consigo mesmo com o mundo a sua volta" (2005, p.7).

A abertura para a construção da gestão escolar democrática inclusiva é respeitar e valorizar a diversidade, acolhendo democraticamente as necessidades e favorecendo as habilidades sociais da comunidade escolar.

A escola não deve apenas aceitar e matricular os estudantes com deficiências é necessário que possa oferecer um projeto político pedagógico voltado para a inclusão. Assegurando a todos os estudantes uma aprendizagem digna.

A atual gestão da Escola Municipal Prof.^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, desempenha suas funções de maneira colaborativa por meio de permuta de ideias e experiências, valorizando o trabalho em equipe, desenvolvendo planejamentos coletivos e democráticos, trabalhando em conjunto com a comunidade local, a elaboração do Projeto Político Curricular da escola é executado com a participação de todos que pertencem ao ambiente escolar.

Conforme SAVIANI “[...] o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola. Neste sentido, é preciso dizer que o diretor da escola, é antes de tudo, um educador” (2004, p. 208). Portanto, cabe ao gestor que tem compromisso e responsabilidade perante a escola, aprovar a efetivação das normas e diretrizes que são aplicadas para os objetivos desejados da entidade escolar.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que “Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias à educação” (BRASIL, 1990, p.5). Para criarmos uma escola inclusiva é imprescindível que formamos um grupo de professores de diversas áreas, para que possa assegurar o ingresso e a estadia dos estudantes com deficiências.

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tomados adequados para toda a diversidade humana composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p. 10).

Qualquer escola inclusiva deve manter o atendimento de acordo com as necessidades específicas dos indivíduos com deficiências. Permitindo que todos tenham direito à educação, saúde, lazer, trabalho, possibilitando

acessibilidade ambiental, atitudinal e comunicacional. As escolas devem se empenhar para que as pessoas com deficiências possam superar as limitações, favorecendo as habilidades e devem proporcionar aos estudantes com deficiências, o respeito sociocultural contribuindo para a diminuição dos problemas que atrasam a adaptação na escola, facilitando a inclusão escolar. As pessoas com deficiências são capazes de exercer atividades bem sucedidas com responsabilidade e autonomia.

Para que as escolas desenvolvam a inclusão é necessário investir na formação continuada dos professores, pois os profissionais da educação nem sempre se sentem preparados.

O ensino regular é o espaço apropriado para que tenhamos uma melhor interação com os estudantes com deficiências. Isto favorece a minimização da discriminação e incentiva o desenvolvimento social, motor, cognitivo, afetivo de todos os estudantes envolvidos.

A Escola Inclusiva pode proporcionar a reestruturação no Projeto Político Curricular - PPC, por meio do projeto as escolas apresentam os objetivos e as características frente à comunidade e a equipe de gestores e colaboradores a qual pertence. Esta ação é de grande interesse para a sociedade para que todos se integrem nas modificações que ocorrem com relação aos estudantes e ao espaço escolar.

[...] Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas, a amplitude e os limites de seus objetivos e ações, quando entende o ambiente escolar como um espaço relacionamento que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social, assim o estudante adquire conhecimento para uma vida adulta e independente e que possa se relacionar com a sociedade sem grandes problemas (MINETTO, 2008, p.32).

A escola deve proporcionar aos professores, equipes pedagógicas e demais integrantes, cursos de formação continuada, discussões, e debates sobre as diversas ações que serão aplicadas na escola com relação à inclusão, os desafios que serão enfrentados, e as práticas pedagógicas que devem ser seguidas para favorecer o bom desempenho da aprendizagem de todos os estudantes.

De acordo com GRANEMANN e GRICOLI “a construção de um Projeto Político Curricular que privilegie heterogêneas e o protagonismo dos professores são vistos como chaves para a inclusão” (2011, p. 132).

As escolas devem adotar um PPC que seja acessível a todos os estudantes sem discriminação, mesmo para aqueles que precisam de mais atenção por parte dos professores.

O processo de inclusão nas escolas proporciona um desprendimento com relação às discriminações, preconceitos, respeito à diversidade, aceitando as diferenças. Assegurando educação para os indivíduos que são marginalizados, oprimidos e excluídos da sociedade.

1.3 Gestão Democrática Inclusiva da Escola Municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly de Souza, Conde, PB

A equipe pedagógica da escola pesquisada observa a diversidade não como um problema, mais como uma qualidade somada na construção dos conhecimentos, onde a escola é um ambiente capaz de assegurar aos professores, coordenadores, pais e comunidade como um todo, alunos com ou sem alguma deficiência, para que possam crescer juntos em busca de uma sociedade humanizada.

A equipe da Escola Municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly realiza um trabalho não apenas para a conquista do saber, e sim proporciona um desenvolvimento pleno do sujeito, que acolha as obrigações e interesses dos estudantes, incentivando sua criatividade, o processo de inclusão, se comprometendo com a formação destes para a vida, e para o cumprimento da cidadania.

A referida escola desenvolveu diversas reuniões para debater sobre as metas, e delinear ações viáveis, propostas de inclusão interagindo com o conhecimento, para beneficiar as praticas de ensino e aprendizagem. O processo de inclusão foi implantado nesta escola em março deste corrente ano, e que necessita estimular os professores, estudantes, comunidade, para conviverem com a diversidade e enfrentar os desafios, construindo uma escola acessível e inclusiva.

A Escola Municipal Prof.^a. M.^a. da Penha Accioly possui dois estudantes com deficiências, e em salas separadas, uma no segundo ano do fundamental I, com deficiência na perna esquerda, e um menino com um braço deficiente, e que no dia da observação o mesmo não se encontrava na escola.

O projeto Político Curricular da Escola Municipal Prof.^a M.^a. da Penha Accioly, tem como proposta inicial a participação democrática, e o processo de inclusão. A edificação desse projeto constitui um planejamento participativo com a interação de todos, numa maneira de construção coletiva.

2º CAPÍTULO

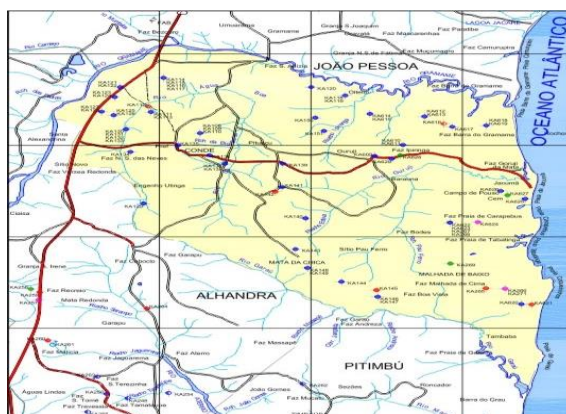
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada no município de Conde, Paraíba, localizado no Litoral Sul Paraibano, entre duas Rodovias Estaduais a PB 0,18 e PB 008 e uma Rodovia Federal a BR 101. O Conde é banhado pelo Oceano Atlântico, está localizado há 24 km da capital João Pessoa.

Geograficamente, este município se limita ao Norte com João Pessoa, ao Sul com Alhandra, a Oeste com Alhandra e a Leste com o Oceano Atlântico. O Conde tem um relevo de baixos Tabuleiros costeiros e ainda possui resquícios da Mata Atlântica. Sua economia encontra-se voltada para a Agricultura e o Turismo, possui uma boa arrecadação por dividir o seu Distrito Industrial com o Município vizinho (Alhandra). O IDH de Conde é 37º da Paraíba, enquanto a arrecadação mensal está estimada aproximadamente R\$ 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) mensais.

Conforme estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sua população em 2015, era de 23.975 habitantes, distribuídos aproximadamente em 173 Km^a por área.

Figura 1: Mapa Geográfico da cidade do Conde. PB



Fonte: mapasblog.blogspot.com.br/2011/10/mapas-de-conde-pb.html

A economia do município do Conde se desenvolve pela atividade da pesca e aquicultura, a agricultura da cana-de-açúcar, no turismo de suas praias como: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Praia do Sufista, Tambaba (naturismo) e Graú.

Este TTC faz referência a uma pesquisa qualitativa de questionário aplicado a dois professores e um gestor, revisão bibliográfica, e um estudo de caso com relação à gestão no processo de inclusão na Escola Municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly de Souza, Conde, Paraíba.

A escola pesquisada é composta por um Diretor Geral, seis Educadores, todos com formação acadêmica em pedagogia. A escola funciona nos dois turnos (manhã e tarde), com turmas da Educação infantil até o Ensino Fundamental I, no período da manhã e a noite a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com um total de 82 estudantes em 2017. Possuem sete salas de aulas, uma sala de leitura, uma cozinha com dispensa, bebedouros, banheiros e pátio coberto, o espaço é arborizado e é cercado por muros.

A gestão da Escola Municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly de Souza é uma instituição democrática que busca proporcionar reflexões, compartilhar opiniões, modos de resolução de problemas e respeito coletivo, proporcionando ambientes educativos, prazerosos e gratificantes.

Figuras 02 – Instalações da Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza

Figuras 03 e 04 – Estudantes da Escola Municipal Prof.^a. Maria da Penha Accioly de Souza



Os sujeitos desta pesquisa foram: o gestor e dois docentes da Escola Municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly de Souza.

Os instrumentos para a coleta de dados foram: aplicação de dois questionários, um com o gestor e outro com dois professores da escola municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba, dando ênfase a gestão democrática inclusiva.

Analisamos as informações coletadas por meio das respostas dos dois questionários, da observação direta na sala de aula sem interferência direta da pesquisadora e revisão de literatura. Avaliamos criticamente os conteúdos em três etapas: pré-análise, exploração do material e resultados.

O questionário foi formulado com questões semiestruturadas. Este processo foi feito com o propósito de analisar os conteúdos em três fases: pré-análise, exploração dos materiais e os resultados de diversos autores.

Na execução dos trabalhos podemos observar as problemáticas existentes no contexto escolar, e as soluções que foram tomadas dos entraves que surgiram.

3º Capítulo

Resultados e Discussões

Os questionários foram aplicados no dia 17 de outubro de 2017, no período da manhã. O questionário, segundo Gil pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (1999, p.128).

O questionário pode abordar respostas a diversos aspectos da realidade. As perguntas, assim, poderão ter, conteúdos sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros (GIL, 1999, p.132).

Compreendemos que existem muitos problemas na formação de uma escola inclusiva, que necessita melhoria em diversos aspectos. Mais que procura soluções com relação à infraestrutura, com materiais pedagógicos, atendimento em projetos, e formação para os professores.

3.1.1.2 Análise sobre o questionário do Gestor

Quadro 01 – Respostas da Gestora

Questionário do Gestor											
	1ª	2ª	3ª	4ª		5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
Questões	Gestão Democrática	Apoio dos Funcionários	Inclusão é Satisfatória	Pontos Positivos	Pontos Negativos	Secretária ajuda na Inclusão	Docentes Aceitam a Inclusão	Tem Professor Auxiliar	Desafios que Enfrentou com Alunos com Deficiência	Apoio da Comunidade	Apoio dos que Fazem a Escola
Gestor	Trabalho em equipe	Sim, trabalho em união	Sim, mas com muita dificuldades	Apoio da Comunidade	Apoio de algumas famílias	Sim, precisa melhorar	Sim, difícil trabalhar com classe multisseriada	Não, possui	Adaptação do Espaço	De alguns pais	Sim, todos colaboram

Fonte: produção da autora. 2017.

A gestora foi muito gentil, esclareceu que trabalha em integração com todos os professores, equipe de apoio, pais, e comunidade em geral. Que a inclusão educacional na Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly de Souza é satisfatória, que existem algumas necessidades, mas que procura vencer os desafios.

Tendo como aspecto positivo o apoio da comunidade e a união entre todos que fazem parte daquela entidade escolar. O aspecto negativo foi a falta de apoio de alguns familiares. A Secretaria de Educação do Município do Conde ajuda no processo de inclusão junto à escola, mais precisa melhorar. Os docentes aceitam a inclusão, mais fica difícil para um professor trabalhar com uma sala multisseriada, e ter um estudante com deficiências.

A Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly não possui professor auxiliar, as professoras contam com o apoio da gestão, dos colegas professores, e pessoal de apoio, porque o suporte da prefeitura se destina as escolas de grande porte. A escola tem necessidade de melhorar o espaço para que os estudantes possam se adaptar; alguns pais não contribuem com a escola o que poderia beneficiar seus próprios filhos, alguns querem se livrar do que consideram problema.

3.1.2.2 Análise sobre o questionário das professoras

Quadro 02 – Respostas das Professoras

Questionario dos Professores										
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
Questões	Gestão Democrática Inclusiva	Participação da Elab. do PPC	Ações do PPC	Quantos Alunos Deficientes	Professor Auxiliar	Apoio ao Atendimento aos Deficientes	Formação Continuada	Pais são Presentes	Dificuldade com Inclusão	O que falta para Melhorar
Professor 1ª	Ajuda uns aos outros	Sim, nas normas	Integração com alunos e jogos	Um aluno	Não, pois a escola é pequena	Sim, apoio da Secretaria de Educação	Não, apenas orientação	Sim, são presentes	Várias dificuldades	Apoio didático e projetos
Professor 2ª	Aceita alunos com deficiência	Ações pedagógicas	Incentivar a presença dos pais	Um aluno	Não, pois tem apoio da Direção	Sim, Secretária apenas orientação	Não	Sim, pois todos se conhecem	Sim, é complicado	Projetos que funcionem
Resultados	Todos são aceitos na escola	Ambos participaram das ações pedagógicas	Apenas duas salas tem alunos deficientes.	Na escola não existe prof ^a auxiliar.	Tem apoio apenas com orientação.	Sim, o apoio da Secretária é apenas através de orientação	Não, apenas orientação	Sim, a maior parte são presentes.	Sim, tem muitas dificuldades	Apoios didáticos e Projetos que funcionem.

Fonte: produção da autora, 2017

As professoras nos receberam cordialmente, e ao perguntar sobre a escola democrática inclusiva a primeira entrevistada relatou que esse tipo de escola ajuda uns aos outros, e a segunda entrevistada respondeu que a escola democrática inclusiva aceita os estudantes com necessidades especiais.

Na segunda pergunta sobre participação das professoras na elaboração do PPC, as duas responderam que participaram, e que a primeira participou na formulação das normas e metas para as crianças, e a segunda participou das ações pedagógicas e das metas. As professoras aplicam atividades que desenvolvem a interação entre os estudantes, como jogos, caça palavras, gincanas, etc.

As professoras informaram que estimulam a participação dos pais na formação de seus filhos, mesmo assim necessitam de mais estímulos para conquistar a participação dos mesmos na entidade escolar. Informaram que na Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, existem apenas dois estudantes com deficiências, um em cada turma, e que o auxílio para essas professoras vem da gestão e dos outros funcionários de apoio.

As professoras não tiveram formação continuada com relação ao atendimento dos estudantes com deficiências, apenas orientação da Secretaria de Educação. Os pais dos estudantes com deficiências estão sempre presentes na escola, isso facilita à integração dos estudantes com a turma.

Existem dificuldades para trabalhar com os estudantes com deficiências, a escola proporciona o que é possível para suprir as necessidades do trabalho. Enfim, a escola necessita de material didático, projetos e metas que realmente funcionem, para que os profissionais possam desenvolver a educação qualitativa para todos os estudantes.

Considerações Finais

A Escola Municipal Prof.^a Maria da Penha Accioly de Souza oferece a todos os estudantes a chance de conviver com a diversidade e as diferenças, e ao mesmo tempo os prepara para a vida em sociedade. Esperamos que a escola seja um espaço que possa assegurar aos coordenadores, professores, pais, estudantes e a comunidade em geral, com ou sem deficiências, para que unidos possam conquistar uma sociedade melhor.

O papel fundamental de um educador é ser um educador de todos e para todos, numa escola inclusiva o educador é aquele que pratica a inclusão. Na escola pesquisada o processo de inclusão escolar encontra-se na fase inicial de atuação, a equipe necessita de dedicação, vontade, empenho, para suprimir os obstáculos.

A inclusão acarretou para a escola pesquisada a inserção do debate sobre o conceito de diversidade, anulando a homogeneidade nas classes escolares. Tais mudanças tiveram opiniões dos profissionais. Embora os professores reclamem que não estão capacitados para trabalhar com estudantes com deficiências.

A partir dos resultados desta pesquisa concluímos que não cabe a escola dizer que vai fazer, e sim trabalhar para a implantação do paradigma da Inclusão Educacional que favoreça o aprimoramento da aprendizagem.

Temos que ensinar os professores, estudantes e a comunidade a conviverem com a diversidade necessitaram enfrentar os desafios e construir coletivamente o projeto de uma escola acessível e inclusiva.

Esta pesquisa demonstrou que a escola pesquisada necessita melhorar o apoio as necessidades dos estudantes com relação a orientações, assistência médica, ensino de libras, fonoaudiólogo, ou seja, montar uma equipe multidisciplinar.

Na escola inclusiva deve possibilitar a inserção de todos os estudantes, e para que isto ocorra é necessário contar com o apoio de toda a comunidade escolar, sem distinguir classe social, gênero, raça, sem preconceito e não apenas esperar que a pessoa com deficiência se habituasse a escola. A escola

deve está aberta a diversidade, e adequada para trabalhar com todos os estudantes com ou sem deficiências.

Ao final da pesquisa foi possível analisar as conquistas e os desafios na prática da gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba, a partir da observação direta das ações das educadoras em sala de aula e também da participação como ouvinte nas reuniões de planejamento das atividades didáticas da escola, onde identificamos que os professores, servidores e os representantes dos estudantes participam das reuniões, podendo opinar e votar na definição de políticas de acessibilidade e inclusão na escola.

Identificar os principais problemas para a implantação da gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof.^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba, no mês de março do corrente ano.

Foi possível identificar os principais pontos indicados pelos educadores sobre sua formação continuada a respeito da Educação Inclusiva. Acompanhar as soluções encontradas para a conclusão dos problemas enfrentados para a implantação da gestão democrática inclusiva, pela atual gestão da Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly de Souza.

A partir dos depoimentos das docentes e a observação direta em sala de aula, foi possível acompanhar parcialmente os trabalhos de inclusão desenvolvidos pelos docentes.

Discutir o conceito de gestão democrática inclusiva na Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly de Souza, no município do Conde, Paraíba. Durante as reuniões promovidas pela direção da escola investigada foi possível discutir sobre os efeitos da aplicação da Lei ° 13.146, de 06 de Julho de 2015.

Comparando as respostas das professoras e os dados coletados na observação direta em sala de aula, identificamos que os objetivos iniciais foram alcançados. Apontamos também falta de investimento financeiro do Governo Municipal na escola pesquisada em relação à capacitação dos profissionais e a aquisição de materiais de apoio.

A partir da aplicação dos questionários foi possível diagnosticar e analisar a Gestão Democrática Inclusiva na Escola Municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly de Souza. A partir das respostas inferimos que a atual gestão da escola compartilha com o objetivo de uma educação de qualidade para

todos, com a finalidade de abranger e excitar a participação do coletivo, da comunidade escolar em benefício dos estudantes com deficiências.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ulisses F. **escola, democracia e a construção de personalidades morais**. Campinas: UNICAMP, 2005. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida**. Acesso em: 14 de maio de 2014.

AZEVEDO, Maria. Antônia. Ramos; CUNHA, Gracilliani. Rosa da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP. V. 18, n.31, jul.-dez.-2008, p.53-72.

BRASIL, **Lei nº 3218**, de 5 de novembro de 2003. Dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede publica de ensino no Distrito Federal e da outras Provisórias.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de educação**. Brasília: MEC, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. - Art.1º, inc. II e III. – Art. 205, - Art. 208, inc. III.

BRASIL. Ministerio da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Politica Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CARNEIRO, Relma U.C. **Formação sobre a gestão escolar inclusiva para os diretores de escolas da Educação Infantil**. Tese - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GRANEMANN, Incélia Linhares; GRICOLI, Josefa Aparecida Gonçalves. **Educação inclusiva: revisando praticas e trajetórias na escola**. Interfaces da Educação, Paranaíba, v.2, n.5, p.131-139, 2011.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF livros, 2008, p.239.

LUCK, H. A dimensão participativa da Gestão escolar. In: **Gestão em Rede**. Brasília/Curitiba, v.57, n.out, p.1-6, 2004.

MINETTO, Maria de Fatima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed.rev. atual. ampl. Curitiba: Ibpx, 2008.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SANT'ANA, Izabella M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. In: **Psicologia em estudo**. Maringá, v.10, n.2, p.227-234, Maio/Ago, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abril. 2009, p.10-16.

SAVIANI. Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TEIXEIRA, Beatriz Bastos. **Por uma escola democrática**: colegiado, currículo e comunidade. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: USP, 2000.

Apêndices

Apêndice 1 - Questionário aplicado com a Gestora

- 1 – O que você sabe sobre trabalhar gestão democrática numa escola pública inclusiva?
- 2 - Você tem apoio de todos os funcionários com relação a integração dos estudantes com deficiências ? Justifique sua resposta?
- 3 – A inclusão educacional na escola municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly é satisfatória? Justifique sua resposta?
- 4 – Relacione os pontos positivos e negativos da inclusão educacional na escola municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly?
- 5 - A secretária de Educação do município do Conde ajuda na inclusão escolar com relação ao processo de inclusão? Justifique sua resposta?
- 6 - Os docentes aceitam a inclusão educacional da Escola Municipal Prof^a. M^a. da Penha Accioly? Por quê? Justifique sua resposta?
- 7 - Em algumas escolas já tem auxiliar para ajudar o professor que tem estudantes com deficiências? Na sua escola tem esse suporte? Justifique sua resposta?
- 8 - Que desafio você enfrentou enquanto gestor que proporcionou uma melhor adaptação para os estudantes com deficiência?
- 9 - Você tem apoio da comunidade (pais), para trabalhar a inclusão educacional? Justifique sua resposta?
- 10 – A supervisão, funcionários, e docentes, contribuem com o processo de inclusão dos estudantes com relação ao processo de adaptação?

Apêndice 2 - Questionário aplicado com as professoras

- 1 – Em sua opinião o que é gestão democrática inclusiva? Quais as vantagens proporcionadas com o modelo de gestão democrática inclusiva?
- 2 – Você participou das elaborações do PPC da escola Municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly de Souza? Qual foi a sua participação?
- 3 – Cite algumas ações que foram introduzidas no PPC da escola municipal Prof.^a M^a. da Penha Accioly que pode facilitar a aprendizagem dos estudantes?
- 4 - Quantos estudantes com deficiências tem na sala de aula que você atua?
- 5 - Tem ajuda de algum professor auxiliar? Justifique sua resposta?
- 6 - Você recebe apoio ao atendimento das necessidades dos estudantes? Justifique sua resposta?
- 7 - Participou de formação continuada para lidar com a inclusão de estudantes com deficiências? Justifique sua resposta?
- 8 - Os pais são presentes no que diz respeito aos estudantes com deficiências? Ajudam na adaptação dos filhos na escola? Como isso acontece?
- 9 - Cite algumas dificuldades ao trabalhar com inclusão escolar dos estudantes?
- 10 – O que falta para melhorar o ensino dos estudantes com deficiência?

Anexo I

Projeto Politico Pedagógico da Escola Municipal Maria da Penha Accioli de Souza

Localizado na zona Rural do Município do Conde - PB

I – APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir das discussões realizadas entre os diversos da escola e da comunidade, representa os sonhos e anseios do ensino do nosso corpo discente. E atende as novas exigências do Sistema Nacional de Educação em escolas de um instrumento de planejamento participativo que possibilite a organização das unidades escolares em relação às questões administrativas e pedagógicas.

II – JUSTIFICATIVA

A motivação de construir o Projeto Político Pedagógico instaura-se uma maneira de organização do trabalho Pedagógico que supera os conflitos e deve ocorrer através de uma projeção daquilo que queremos realizar para onde deve conduzir a educação, a instituição escolar.

Justificamos a operacionalização do presente projeto Junto a escola Maria da Penha Accioly de Souza, em virtude de adequarmos as nossas ações educativas nossa realidade educacional imposta pela necessidade de mudança dos poderes e comportamento da sociedade moderna em que vivemos.

III – DIAGNOSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A Escola Municipal Prof^a. Maria da Penha Accioly de Souza, atende a uma demanda advinda em sua maioria da própria comunidade, e funciona no turno da manhã e tarde com o total 85 alunos.

Grande parte dos alunos são filhos de pais que trabalham na própria comunidade com agricultura de subsistência, como agricultores ou granjeiros, e é beneficiária do Programa do Governo federal Bolsa família.

A comunidade está localizada na zona rural, por isso é comum que os filhos ajudem os pais nas suas atividades laborais, que seja na agricultura ou na manutenção de granja onde vivem e trabalham.

A religião declarada pela comunidade atendida pela escola é católica e a evangélica. No que diz respeito ao grau de instrução da maioria, concluíram até a 4ª série (atualmente 5º ano) do ensino fundamental.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

2.1 Histórico

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria da Penha Accioly de Souza, iniciou suas atividades no ano de 1980, construída pelo prefeito Aluizio Regis, e recebeu este nome em homenagem a uma antiga professora. Tendo como gestora atualmente Ana Lucia Domingos Melo.

2.2 Localização

Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria da Penha Accioly de Souza, está localizada a 1 km de distância do Município de Conde, na zona rural, comunidade de Pituaçu, CEP: 58322000, integrando uma das unidades escolares da SEMEC.

Concepções Filosóficas e Pedagógicas.

A proposta concebida pela escola está alicerçada nos seguintes princípios:

- Comprometimento Social – Mediante vivências de práticas comunitárias e experiência extraescolar que estimulem a sensibilidade e valorização da vida.

- Ética – Como exercício consciente de deveres no comportamento pessoal e coletivo, respeitando os ideais de convivência e gestão democrática.

- Participação da Família – Como agente do processo de inclusão educacional, com papel decisivo no equilíbrio emocional, social e acadêmico do aluno.

- Excelência na Qualidade de Ensino – Apoiada na capacitação dos profissionais, dedicados a desafiar o aluno a atingir o seu maior potencial acadêmico e humano.

A escola tem como função social a construção, reconstrução, transmissão e sistematização do conhecimento científico construído pela humanidade durante seu processo histórico.

A escola, portanto, deve ser um centro de divulgação da cultura, nas diferentes áreas, pois essa diferenciação possibilita um desenvolvimento mais completo e integrado das várias aptidões (ALMEIDA, 2000, p. 84).

Na perspectiva de realizar um trabalho que não ofereça apenas condições de acesso ao saber, mas sim, um desenvolvimento pleno do sujeito propõe uma educação que, aliada ao suporte metodológico das novas linhas pedagógicas (onde o processo ensino-aprendizagem deve favorecer a interdisciplinaridade na construção do saber – LDB e PCN's), atenda as necessidades e interesses do aluno, estimule o desenvolvimento de sua criatividade, o processo de inclusão, a conquista de sua autonomia, preocupe-se com o desempenho de diferentes habilidades e competências, e, sobretudo se comprometa com a formação deste para a vida e para o exercício de uma cidadania, crítica e consciente.

Para tanto a sistematização de “Projetos Pedagógicos”, a interdisciplinaridade, a transversalidade e a relação família- escola- sociedade são fundamentais para orientar a estrutura de nossa prática pedagógica.

A fundamentação legal do Projeto Político Pedagógico está prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Brasileira (LDB 9.394/96) e normativos pertinentes que atribuem autonomia e competência para que as escolas se organizem administrativa e pedagogicamente.

O Projeto Político Pedagógico é um documento caracterizado pela intencionalidade dos agentes internos e externos numa tentativa de busca da Escola democrática e cidadã. Representa o que é ensinar e aprender, portanto ele é essencialmente pedagógico porque, visa evitar a divisão do saber através de um processo integrador escola-comunidade.

O mesmo está embasado nos fundamentos éticos políticos, epistemológicos e didáticos pedagógicos. Seus princípios norteadores são principalmente a autonomia, a participação, a articulação teórica prática e desenvolvimento da consciência crítica das pessoas envolvidas no processo educativo.

Nessa concepção, segundo (GADOTTI, 1997) a crise paradigmática também atinge a escola e ela numa sociedade caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação-cultura, pelo pluralismo político e pela emergência do poder local.

O Projeto Político Curricular tem como ponto de partida a autonomia, a inclusão, e a participação democrática. Nessa visão, a construção do projeto pressupõe um planejamento participativo em que haja o engajamento de todos, numa forma de construção coletiva.

Nesse sentido, a participação, assume um papel fundamental na ação de planejar, mas, sobretudo na construção e não operacionalização do Projeto Político Pedagógico. É preciso ter em vista, qual o nível de participação das pessoas envolvidas.

Segundo ROMÃO (1977) a autonomia e a participação como pressupostas do Projeto Político Pedagógico não se limitam a mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no Conselho de escola ou Colegiado, mas também na escola do livro

didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas e recreativas.

Entretanto, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico requer a participação e envolvimento, por meio de uma construção coletiva do conhecimento.

2.3 Princípios Teóricos Metodológicos.

A metodologia utilizada no Projeto Político Pedagógico consta de acordo com a proposta metodológica da escola Ativa que busca auxiliar o trabalho do educador. Para isso, propõem-se a implementação e o uso de diferentes elementos que, quando relacionados entre si dão ao currículo. São eles: Cadernos de Aprendizagem como apoio ao PNLD, Cantinhos de Aprendizagem, Escola e Comunidade.

No que se refere ao Programa escola Ativa, busca-se uma articulação entre teoria/prática na construção de conhecimentos, uma educação problematizadora, capaz de definir o educador como condutor do estudo da realidade, por meio de levantamento de problemas da realidade; problematização, em sala de aula, das questões identificadas na realidade, a partir de fundamentos filosóficos.

2.4 Funcionamento

A Escola funciona em dois turnos: manhã e noite. O espaço físico está distribuído da seguinte forma:

Espaço Físico	Quantidade
Sala de Aula	07
Secretaria/Diretoria	01
Banheiros	02
Cozinha com dispensa	01
Sala de leitura	01
Bebedouros	01
Pátio Coberto	

OBS: Não temos sala de professores, diretoria, refeitório, espaço adequado para atividades de Educação Física e outros espaços necessários às atividades pedagógicas da escola.

Usamos o pátio para atividades extraclasse, dividimos duas salas: uma para sala de leitura e outra para Secretaria/Diretoria.

2.5 Recursos Humanos

Gestão

Diretora - Ana Lucia Domingos Melo.

Especialista

Maria de Fatima Correia

Professores

João Aranha de A. Junior

Aline Araújo

Marcia Araújo

Funcionários

Antonia Barbosa da Silva – Auxiliar de Serviços

Dilma da Silva Pereira – Secretária Escolar

Edileuza Pereira Paulino – Auxiliar de Serviços.

2.6 Concepções de Ensino, Aprendizagem e Avaliação

2.6.1 Concepção de Ensino-Aprendizagem

O ensino em sua essência deve revelar o objetivo de produzir aprendizagem. Não podemos entender o ensino apenas como uma simples apropriação de conhecimentos e/ou conteúdos. O ato de ensinar deve implicar em desenvolvimento e melhoria, não apenas no aspecto cognitivo e intelectual, mas também deve envolver progressos nos aspectos: afetivos, moral e social, proporcionando um desenvolvimento humano integral.

As concepções de ensino e aprendizagem dentro de uma perspectiva progressista devem facilitar a compreensão de mundo, e propiciar ao aluno

aprender aquilo que é necessário para aquisição e construção de novos conhecimentos.

Segundo o construtivismo, o ser humano nasce com potencial para aprender. Mas esta capacidade só se desenvolverá na interação com o mundo, na experimentação com o objeto de conhecimento, na reflexão sobre a ação. A aprendizagem se organiza, se estrutura num processo dialético de interlocução (...) A interação social no grupo de sala de aula é, fundamental para a aprendizagem circule, movida pelas relações afetivas.” (ANDRADE, 2004, p.3).

Essas concepções de ensino e aprendizagem se contrapõem à tendência da educação tradicional, que tende a enfatizar apenas o ensino na mera perspectiva de transmissão de conhecimentos prontos, sem proporcionar um crescimento integral necessário para que o aluno possa pensar e nem resolver situações da vida cotidiana.

2.6.2 Concepção de Avaliação

A avaliação deve fazer parte da aprendizagem, ela é um dos aspectos da prática pedagógica, e é fundamental no processo de ensino-aprendizagem para os professores, e para os alunos. Deve ser um processo: sistemático, participativo, comunicativo, inclusivo, quantitativo, individual, coletivo, reflexivo e construtivo.

Em um processo de avaliação eficiente é necessário: atividades diversificadas e participativas dentro e fora das salas de aula, de forma processual e integral, para que a prática pedagógica integral.

Ao processo de avaliação não é simples. Porque muitas vezes, avaliar significar dar um parecer, emitir um julgamento. E isso proporciona medo e insegurança. A avaliação deve está situada dentro de um contexto bem mais amplo e abrangente da educação.

O processo avaliativo parte do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender. Assim, o diagnostico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredicto que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise da situação escolar atual do aluno, em função das condições de ensino que estão sendo oferecidas (SOUZA, 1994, p.89-90).

Ao avaliarmos o desempenho do aluno, se faz necessário considerar não só os aspectos quantitativos, mas levar em consideração as observações dos dados obtidos continuamente pelo professor, com relação ao processo de inclusão, fazendo prevalecer a qualitativa do aproveitamento e a evolução do aprendiz.

3. Objetivos

Geral

- Considerar os agentes educativos da importância da escola na formação sócio político e cultural do educando.

Específicos

- Melhorar qualitativamente o ensino, contribuindo para a capacidade docente e crescimento da aprendizagem do aluno, levando-os a adquirir habilidades: de ler, escrever, interpretar e o domínio das sentenças matemáticas.
- Promover a integração e a inclusão entre os diversos segmentos que formam a escola.
- Favorecer o intercâmbio com outras instituições governamentais e não governamentais.

4. Metas e Ações

4.1. Planejamento das Ações.

Ações Administrativas

Atividades	Período
- Intensificar as ações do PDDE para a melhoria dos recursos materiais e didáticos pedagógicos da escola.	Semestre
- Construção de salas: aulas, professor e direção.	

	Durante o ano letivo.
- Construção de área recreativa, com suporte de atuação dos profissionais de Educação Física.	Durante o ano letivo.
- Parceria com a UFPB para aquisição de equipamentos.	Durante o ano letivo.
- Viabilizar grupos de profissionais: Psicólogos, na escola para intensificação no processo de educação inclusiva através de parceria com a UFPB,	Durante o ano letivo.
- Sala de leitura para uso dos alunos e comunidade.	Durante o ano letivo.
- Instalação de um telefone na escola.	Durante o ano letivo.

- Intensificar a formação periódica em nível de informatização para todos os profissionais da escola.	Durante o ano letivo.
- Construção de um poço artesiano, para abastecimento da escola.	Durante o ano letivo.

4.2. Ações Pedagógicas

- Planejamento nos microcentros campos e planejamento escolar.	-Mensal
- Intensificar a participação da comunidade nas reuniões de pais e professores.	Bimestral
- Favorecer o envolvimento da escola nas atividades, Programas e Projetos Curriculares e extracurriculares.	Durante o ano letivo.

- Atividades relacionadas a interação dos alunos, com os alunos especiais.	Durante o ano letivo.
- Acompanhamento e a avaliação do PPP através de reflexões com reuniões com a equipe escolar.	Durante o ano letivo.
- Aplicação da provinha Brasil, no segundo ano.	1º e 2º semestre
- Aplicação da prova Brasil, no quinto ano.	2º semestre
- Ações nas datas comemorativas	Durante o ano letivo.

5. Gestão Escolar

5.1. Concepção de gestão escolar

A Escola está iniciando um modelo de gestão democrática, tendo como desafio sensibilizar educadores e funcionários para elaboração da nossa proposta pedagógica inclusiva. Acreditamos que a mudança só será possível se todos forem convidados para elaboração do diagnóstico e da elaboração do Plano de Ação.

A prática a ser adotada pelos gestores repassa pela lógica de que é preciso garantir a participação de todos em todas as ações da escola. Os profissionais não podem modificar uma realidade que não conhecem, que não esteja inserido.

Os gestores compreendem que é necessária a parceria para que se construa, de fato, um projeto pedagógico transformador, que atende as expectativas do corpo discente, funcionários e as famílias dos nossos alunos.

5.2 Organização Administrativa

Cumprimos as determinações legais mencionadas pelas diretrizes e em parceria com equipe de prestação de contas da SEMEC, que apoia no

planejamento e execução dos gastos favorecendo a organização administrativa.

5.3. Integração Unidade escolar Comunidade

A proposta da escola é a interação entre a participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem dos filhos matriculados, a comunidade ainda se apresenta como um desafio para todos nós, pois, a participação maior dos pais dos alunos se restringe a participação nas reuniões educativas entre família e escola, quando convidamos.

Por isso temos o intuito de transformar a realidade que vivenciamos hoje para com as escolas públicas, que é a não participação dos pais no processo de ensino aprendizagem dos filhos matriculados.

Se a escola e a família são os principais responsáveis pela educação, era de se esperar uma parceira aceita, o que se vê, no entanto é uma relação tensa. Uma das grandes queixas é a falta de envolvimento dos pais na vida escolar. (POLATO, data).

Essa citação do texto: Escola e Família – Sem culpar o outro. Revista Nova escola do mês de setembro de 2009, nos leva a uma reflexão da nossa prática pedagógica para que seja possível a integração entre a família e a escola. A Família é responsável pelo aprendizado escolar dos filhos? A escola oferece um ensino de boa qualidade? A elaboração da presente proposta nos convida a buscar respostas, de forma coletiva e participativa para que possamos superar os problemas do cotidiano.

Com o objetivo de viabilizar e fortalecer o diálogo qualificado e promover a formação crítica dos estudantes, o Programa Escola Ativa propõe atividades e instrumentos que oportunizem ao processo educativo maior conhecimento da realidade da comunidade em que a escola está inserida, de suas potencialidades e de seus desafios.

Esses instrumentos devem promover também a participação da comunidade escolar e da comunidade em geral para deliberar sobre os avanços e sobre as dificuldades apresentadas pela escola. São elas:

Assembleia Geral, Dia das Conquistas, Oficinas, Palestras informativas e eventos de integração social.

5.4 Organização do Trabalho Pedagógico

A organização do trabalho pedagógico caracteriza-se com uma dimensão muito importante para o desenvolvimento do projeto Político Pedagógico da escola. Este instrumento nos leva a pensar sobre escola e tomar decisões futuras. Então nossa proposta é fortalecer os espaços democráticos em nossa escola. Pretendemos iniciar com a formação de calendários de reuniões pedagógicas, mensal para avaliação e planejamento (micro centro) entre os educadores, uma vez que o Programa escola Ativa propõe alternativas de organização e de funcionamento de turmas multisseriadas.

Parceria com o instituto Airton Sena para implantação do Circuito campeão, com o objetivo de evitar que crianças fiquem pelo meio do caminho no processo de ensino aprendizagem.

Consideramos esses momentos para discutir as metas e planejar ações viabilizando propostas de inclusão e interagir o conhecimento para favorecer as praticas de ensino e aprendizagem.

5.4.1 Diretrizes Curriculares

O programa escola Ativa foi reformulado no sentido de atender as exigências do Ensino Fundamental de nove anos, que resulta da compreensão de que o desenvolvimento integral da criança se beneficia mais dos estímulos, quanto mais cedo forem apresentados para ela pela escola. Desta forma atende ao que é estabelecido na Lei 11.274/2006, que acrescenta 1 ano ao Ensino Fundamental ao antecipar a idade de 6 anos o ingresso do educador nesta etapa do ensino.

De acordo com a LDB, as especialidades do atendimento escolar do campo são referenciais da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, em seu artigo 35 o qual a oferta de educação básica para a população rural está

prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida do campo e de cada região, definindo-se orientações para os aspectos essenciais como:

- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos estudantes da zona rural.
- Organização escolar própria, incluindo adequação de calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.
- Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

6. Avaliação

A avaliação do campo entende que é preciso superar o uso da avaliação como instrumento de discriminação e seleção social, mas que ela esteja a serviço da superação das necessidades educacionais de todas os(as) educandos(as). Já não é aceitável avaliar para decidir quem será excluído do processo de aprendizagem ou da escola. A própria LDB, ao possibilitar a diversificação da organização curricular, ampliou também a sua forma de avaliação.

Considerando que a avaliação é um processo, que sua tarefa é orientar e auxiliar na superação de limites e dificuldades da criança, e que as condições da escola fazem parte significativa dos limites encontrados, o que leva em conta na avaliação como um todo? Para a educação do campo, além da aprendizagem de conteúdos, é preciso considerar a responsabilidade com as tarefas, com os coletivos, com a escola e com a comunidade, e com os estudantes com necessidades especiais. A convivência respeitosa, solidariedade e a participação nas atividades e nos trabalhos, devem ser consideradas. O(A) educador(a) terá na própria metodologia do programa Escola Ativa elementos para estimular e avaliar tais aspectos.

6.1 O ato de avaliar é subdividido em avaliação:

- Diagnóstica: levanta informações e dados necessários á contextualização do processo pedagógico.
- Processual: ocorre no dia a dia de forma orientada, leva em conta as modificações e as superações, e mantém um diálogo constante com o estudante.
- Participativa: envolve a comunidade, as (os) educadoras (os) e os (as) educandos (as), pode ser feita com o auxílio do Colegiado Estudantil e do Conselho Escolar.
- Cumulativa: considera cada aspecto progressivo na produção do conhecimento.
- Emancipatória: avalia a prática educativa, os erros e os acertos, as condições oferecidas para o processo educativo e para formação humana.

Todas as modalidades de avaliação, no entanto, devem tornar-se, ao final de um processo enriquecido pela participação, pela crítica e pela superação.

Com essas modalidades de avaliação o Programa escola Ativa adota o regime de progressão continuada através da qual as escolas desenvolvem seu currículo de forma contínua, sem mecanismos de retenção, conforme preconiza a lei 9.349/96, Artigo 32, parágrafo 3.

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série, podem adotar no Ensino Fundamental, o regime de progressão continuada, sem prejuízo de avaliação do progresso de ensino aprendizagem, observadas as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico, a avaliação ocorre semestralmente através de discussões coletivas. E a sua atualização é feita anualmente.